

Evolução das políticas econômicas e da interpretação maoísta acerca da transição socialista (1949-1976)^a

Evolution of Economic Policies and the Maoist Interpretation of the Socialist Transition (1949-1976)

Felipe Miguel Savegnago Martins^b 

Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Teoria Econômica, Campinas (SP), Brasil

Resumo: Antes da fundação da República Popular da China, o Partido Comunista Chinês, liderado por Mao Zedong, almejava edificar uma sociedade pós-capitalista baseada nas particularidades socioeconômicas existentes no país e no estabelecimento da União Soviética como superpotência e personificação do socialismo. Nos primeiros anos pós-Revolução (1949-1957), o Partido efetivamente se empenhou na aplicação das etapas anteriormente elaboradas – Nova Democracia e Socialismo. Porém, as inter-relações entre as contradições resultantes da transposição do modelo soviético à China, bem como as alterações no cenário geopolítico e na liderança política do Partido, geraram as condições materiais necessárias para a elaboração teórica de novas etapas históricas no contexto revolucionário chinês e para a delimitação do grau de margem de manobra à consecução das políticas econômicas, cujas consequências mais notáveis foram as circunscritas ao Grande Salto Adiante (1958-1960) e à Revolução Cultural (1966-1976). Retrospectivamente e a partir de uma análise histórica, pode-se abstrair determinadas regularidades – ainda que, evidentemente, dotadas de especi-

Editor responsável: Rafael Galvão de Almeida

^a Submissão: 19/07/2025 | Aprovação: 29/10/2025 | DOI: 10.29182/hehe.v29i1.1080

^b felipe.martins.unicamp@gmail.com

O autor declara não haver conflito de interesse.



Esta publicação está licenciada sob os termos de Creative Commons 4.0 Internacional

ficidades – tanto das concepções teóricas quanto dos movimentos das políticas econômicas implementadas durante a Era Mao.

Palavras-chave: China. Maoismo. Economia política. História econômica. Socialismo.

Abstract: Before the founding of the People's Republic of China, the Chinese Communist Party, led by Mao Zedong, aspired to build a post-capitalist society based on the country's existing socioeconomic particularities and the establishment of the Soviet Union as a superpower and embodiment of socialism. In the early post-revolution years (1949-1957), the Party actively pursued the implementation of previously formulated stages – New Democracy and Socialism. However, the interrelations among the contradictions arising from the transposition of the Soviet model to China, as well as the shifts in the geopolitical scenario and in the political leadership of the Party, generated the material conditions necessary for the theoretical elaboration of new historical stages within the Chinese revolutionary context and for defining the degree of room for maneuver in the execution of economic policies, whose most notable consequences were those circumscribed to the Great Leap Forward (1958-1960) and the Cultural Revolution (1966-1976). In retrospect, and through historical analysis, certain regularities – albeit evidently marked by specificities – can be abstracted from both the theoretical conceptions and the movements of economic policies implemented during the Mao Era.

Keywords: China. Maoism. Political economy. Economic history. Socialism.

JEL: F50. N15. O11. P20. P30.

Introdução

No século XX, ocorreram diversas revoluções encabeçadas por lideranças e partidos políticos que reivindicavam o chamado “socialismo”, como no caso chinês¹. Desde antes da constituição da República Popular da China (1949), o Partido Comunista Chinês (PCCh), personificado na figura de Mao Zedong², inicialmente tinha um projeto delimitado, dividido em duas etapas – Nova Democracia e Socialismo³ –, acerca da construção de uma sociedade pós-capitalista decorrente do triunfo da Revolução. As especificidades desse arcabouço teórico tiveram nas características socioeconômicas domésticas herdadas pelos comunistas chineses e na consolidação da União Soviética enquanto potência internacional – e símbolo de uma sociedade socialista – as suas fontes primordiais.

Todavia, os desdobramentos concretos das medidas político-econômicas adotadas pelo PCCh e as flutuações nas relações interestatais chinesas no período Mao engendraram renovadas interpretações sobre o processo revolucionário chinês⁴ – significando, portanto, a emergência de novas etapas no amplo contexto entre os modos de produção capitalista e comunista – e mudanças no grau de manobra no âmbito das políticas econômicas, cujas consequências mais notáveis foram as circunscritas nos períodos do Grande Salto Adiante (1958-1960) e da Revolução Cultural (1966-1976).

¹ Relembrem-se, também, as revoluções russa, vietnamita e cubana – embora esta admitisse publicamente o seu “caráter socialista” em 1961, e não em 1959, ano de seu triunfo (Visentini, 2006, p. 257).

² No decorrer da presente pesquisa, exceto quando se explicitar as rupturas internas entre distintas correntes, equiparar-se-á a linha teórica reivindicada pelo Partido Comunista Chinês com as interpretações de Mao Zedong sobre o processo revolucionário chinês, dado que o líder situava-se em uma posição hegemônica no PCCh desde os tempos da Grande Marcha; ademais, no VII Congresso do PCCh (1945), o chamado “Pensamento Mao Zedong” – aplicação do marxismo-leninismo à realidade chinesa – foi inscrito na Constituição do Partido enquanto elo norteador da organização, garantindo certa razoabilidade na simplificação adotada (Reis Filho, 1981b, p. 67 e 105; Instituto de Estudios de la China Contemporánea, 2023, p. 16).

³ Essa teorização do processo revolucionário chinês foi desenvolvida por Mao Zedong em obras como *Sobre a democracia nova* ([1940]) e *Sobre a ditadura da democracia popular* ([1949]).

⁴ Isso não permite concluir que determinadas percepções não existiram anteriormente. A título de exemplo, a pauta da campanha ideológica sempre esteve presente no período maoista como um todo – como nas promoções das chamadas “três antis” e “cinco antis” durante a Nova Democracia (Naves, 2005, p. 53-54; Sheng, 2021, p. 19; Instituto de Estudios de la China Contemporánea, 2023, p. 30-32) –, tanto do ponto de vista teórico quanto do programático; porém, ganhou proporções político-sociais impactantes nas décadas de 1960 e 1970 com a chamada Revolução Cultural.

Propor-se-á, para a compreensão do período maoista, um sistema analítico baseado em três pilares interconectados, a saber: contradição entre forças produtivas e relações de produção; relações internacionais chinesas, sobretudo com as superpotências à época (Estados Unidos e União Soviética); e, em menor medida, contradição entre infraestrutura e superestrutura, evidente em momentos cuja ênfase na luta de classes era mais explícita.

Ao encontro das interpretações dos próprios líderes chineses – notadamente a sua figura máxima, Mao Zedong –, far-se-á uma simplificação da categoria marxiana “relações de produção”: optar-se-á pela equiparação das relações de produção com o aspecto jurídico da propriedade dos meios de produção – e, em determinados casos, com as instâncias decisórias da cadeia hierárquica das comunas populares. Portanto, relações de produção capitalistas e relações de produção “socialistas”⁵, serão representadas, respectivamente, pelas propriedades privadas e pelas propriedades estatais e cooperativas dos meios de produção. Importante ressaltar, contudo, que as propriedades estatais e coletivas não engendram, por si sós, transformações nas relações de produção, ainda que possam contribuir ao crescimento econômico e beneficiar parcelas maiores da população, sobretudo nos ditos setores estratégicos: na verdade, as relações de produção se localizam no interior da infraestrutura – no sentido marxiano – das sociedades, isto é, onde ocorre efetivamente a reprodução material da vida socioeconômica (Engels; Kautsky, 2012 [1887]).

A partir da análise do período por intermédio do instrumental acima mencionado, pode-se abstrair as seguintes regularidades nas estratégias econômicas. Em momentos de menor restrição externa – quer seja no campo geopolítico, quer seja via conflitos propriamente ditos –, a flexibilidade de políticas econômicas foi ampliada – descentralização das instâncias decisórias na esfera produtiva; deslocamento de recursos para a agricultura e para a indústria leve; incentivos, ainda que limitados, para o comércio privado e, pois, aos mecanismos de mercado; maior relevância do comércio exterior; entre outros – e a luta de classes não era posta como

⁵ Este termo não existe na literatura marxiana – escrita por Marx e Engels –, já que socialismo, para ambos, não constitui um modo de produção propriamente dito – ao contrário do que os chineses consideravam, como se verá adiante – e que, pois, não deve ser equiparado ao “modo de produção comunista” tal como presente, por exemplo, na *Crítica do Programa de Gotha* (2012 [1875]).

uma questão prioritária. Por sua vez, quando as ameaças se tornavam mais palpáveis, os planejadores concediam prioridade ao aumento dos investimentos, em especial na indústria pesada; a autarquia econômica desdobrava-se nas transformações jurídicas das propriedades ou na redução da autonomia relativa das instituições econômicas hierarquicamente inferiores; os mecanismos de mercado eram repudiados; e a luta de classes assumia maior centralidade. No primeiro caso, trata-se da primazia das forças produtivas sobre as relações de produção, ao passo que a sobreposição das relações de produção, interligada à contradição entre infraestrutura e superestrutura, caracteriza o segundo ponto.

A questão da primazia – ou da sobreposição – de um elemento em relação ao outro, além de se configurar como um fator crucial para auxiliar as tomadas de decisão do governo chinês durante o período maoísta, tem origem nas concepções filosóficas de Mao Zedong sobre a contradição. A despeito das críticas incidentes sobre a interpretação maoísta do tema – substituição, definhamento ou destruição de um elemento por outro, e não a geração de uma nova contradição com elementos igualmente novos que guardam algumas características dos antigos⁶ –, esta perpetuou-se por todo o período em questão, guiando o conjunto instrumental chinês de políticas socioeconômicas, institucionais e ideológicas. Portanto, não se pretende em absoluto discutir pormenorizadamente questões filosóficas, mas tão somente apropriar-se das formulações maoístas acerca da contradição para analisar criticamente as mudanças concernentes à interpretação do processo revolucionário chinês e às estratégias econômicas no transcurso do recorte temporal definido.

Quanto à primazia das forças produtivas, entendia-se que a tarefa fundamental a ser percorrida pelo país era o desenvolvimento econômico; no caso da primazia das relações de produção, acreditava-se que as propriedades estatais e cooperativas, por si sós, eram superiores aos demais tipos para o desenvolvimento das forças produtivas – nesse ponto, no geral, a

⁶ Anita Prestes (2011, p. 94), ao analisar as interpretações e as estratégias do Partido Comunista Brasileiro acerca do processo revolucionário brasileiro, realiza uma crítica nesta direção: “Mao não percebeu que a luta dos contrários não só condiciona o movimento de todos os fenômenos como garante o processo de desenvolvimento, que se dá não apenas através da transformação da quantidade em qualidade, como de um *movimento em espiral*. Em outras palavras, da luta dos contrários surge algo novo, que não é uma simples afirmação de um dos contrários ou daquele contrário novo e mais avançado, mas uma síntese inovadora, que, em certa medida, conserva elementos de ambos os contrários do fenômeno em questão. Trata-se da *negação da negação*”.

expropriação econômica de determinadas parcelas da população desaguou em algum tipo de campanha ideológica ou de perseguição política contra esses grupos. Percebe-se, então, as razões pelas quais a primazia das forças produtivas traz consigo políticas econômicas relativamente mais flexíveis, porque a finalidade era mais importante do que os meios a serem empregados.

A pesquisa está dividida tal como se segue. Inicialmente, após uma breve exposição das considerações da interpretação de Mao Zedong sobre a contradição, a fim de fortalecer o arranjo metodológico adotado – haja vista sua funcionalidade para abstrair determinadas regularidades político-econômicas no período histórico entre 1949 e 1976 –, sintetizar-se-ão as concepções maoistas acerca da transição socialista, formulada no bojo do processo revolucionário que antecedeu a fundação da República Popular da China, cujas teorizações se basearam nas próprias particularidades socioeconômicas nacionais e na representação da União Soviética enquanto sociedade socialista. Em seguida, mediante uma análise histórica das políticas adotadas entre 1949 e 1976, mostrar-se-ão as transformações interpretativas do PCCh no que diz respeito à Revolução Chinesa – com base na simbiose dos três pilares analíticos propostos – e das políticas econômicas aplicadas em cada período. Por fim, conclusões serão tecidas.

1. Notas sobre a contradição em Mao Zedong

Em *Sobre a contradição* (2018 [1937]), Mao Zedong considerava que todos os fenômenos – desde os presentes na natureza até os de ordem socioeconômica – são essencialmente contraditórios. Se assim o são, tem-se a canonização da contradição enquanto um aspecto universal; complementarmente, cada fenômeno possui as suas particularidades e, portanto, é marcado por contradições específicas, exigindo medidas às suas resoluções igualmente diversas.

A essência das contradições, para Mao, reside na esfera interna de cada uma delas, a partir da interação dinâmica de seus componentes, embora alertasse para a relevância dos impactos quantitativos dos fatores exógenos sobre determinado fenômeno: por exemplo, em termos puramente econômicos, pode-se afirmar que as calamidades naturais inevitavelmente incidem sobre o nível de produção agrícola, mas o que define

qualitativamente esse setor, em primeira instância, é a interação entre as forças produtivas e as relações de produção vigentes (Zedong, 2018 [1937]; Motta, 2022).

As contradições são compostas por elementos cujas existências se dão fundamentalmente nas conexões que estabelecem entre si, formando uma “unidade de contrários”; ou seja, um aspecto da contradição não subsiste por si próprio. Ademais, dentro de uma contradição, há o seu constituinte fundamental que se sobrepõe e, portanto, condiciona a existência do outro. Contudo, não se trata de algo estático – ainda que Mao considere, em determinadas circunstâncias, a possibilidade de “equilíbrio relativo” (necessariamente passageiro) entre as partes; a depender da dinâmica interna, aquele que outrora era o seu elemento secundário pode vir a ser o determinante – tornando-se o seu contrário⁷ –, o que altera qualitativamente a essência da contradição em questão (Zedong, 2018 [1937]; Motta, 2022).

Em um sentido totalizante e mais próximo dos objetivos da pesquisa, a interconexão dos fenômenos dentro de uma formação econômico-social específica também suscitará a hierarquização das contradições – já que os fenômenos também existem em razão das concatenações que estabelecem com outros –, sendo que a principal delas exerce algum grau de influência sobre as demais, demandando dos governantes a planificação de estratégias político-econômicas condizentes com os desafios postos.

Como se verá nas próximas seções, no caso chinês, a centralidade da contradição entre forças produtivas e relações de produção, tal como a volatilidade do seu elemento predominante, foi responsável por diferentes políticas econômicas no período. Contudo, a luta de classes, em sua roupagem ideológica, galgou protagonismo durante a Revolução Cultural, ultrapassando o debate sobre as estratégias econômicas, ao contrário do que ocorreu em outros períodos históricos; nesse caso, a principal contradição da sociedade chinesa, segundo a liderança política, encontrava-se na sobreposição da superestrutura débil em face da infraestrutura econômica existente, legitimando campanhas político-ideológicas contra as

⁷ “A guerra e a paz, como todos sabem, convertem-se uma na outra. A guerra transforma-se em paz; por exemplo, a Primeira Guerra Mundial transformou-se na paz do após a guerra. Atualmente, a guerra civil cessou na China e estabeleceu-se a paz no país. A paz transforma-se em guerra; em 1927, por exemplo, a cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista transformou-se em guerra” (Zedong, 2018 [1937], p. 84).

supostas influências capitalistas sem que ocorressem reversões significativas nas políticas econômicas adotadas até então.

Após a reavaliação das principais ideias sobre a interpretação maoísta da contradição, partir-se-á para a exposição das suas abstrações referentes ao processo revolucionário chinês.

2. Concepção maoísta acerca da transição socialista

Antes de 1949, Mao Zedong, líder do PCCh, apresentava leituras muito peculiares quanto ao processo revolucionário do país. Compreendia a transição socialista a partir de etapas – assim como os autores marxianos, Marx e Engels – devido ao relativo atraso das forças produtivas chinesas decorrente das características semicoloniais e semifeudais do país. Por se tratar de uma realidade econômico-social heterogênea, mas predominantemente agrícola, onde “a burocracia de Estado e o grande proprietário fundiário se aliam a relações capitalistas de mercado trazidas de fora” (Moreira, 2017, p. 75), o êxito da Revolução Chinesa tornou-se uma tarefa relativamente mais complexa, haja vista o entendimento que o imperialismo, o feudalismo e “os capitalismo” burocrático e privado eram as fontes das mazelas socioeconômicas do país, estendendo o espectro de classes potencialidades revolucionárias para além da trabalhadora.

O novo poder político se encarregaria, pois, da realização simultânea das tarefas históricas referentes às revoluções burguesas – rompimento das relações feudais e desenvolvimento de relações de produção capitalistas⁸ – e às operárias – avanço na transição socialista (Zedong, [1940]). Em outras palavras, não se trataria de uma “ditadura da burguesia”, tampouco de uma “ditadura do proletariado”, mas de uma “frente ampla transitória”⁹ que marcharia, no longo prazo, para superar o modo de produção capitalista.

⁸ Porém, há particularidades em alguns casos, nos quais as antigas classes dominantes (nobreza e senhores feudais) promovem deliberadamente o desenvolvimento do modo de produção capitalista e se incorporam ao novo sistema de maneiras variadas.

⁹ “[...] os numerosos tipos de sistemas de Estado no mundo podem reduzir-se a três espécies básicas, de acordo com a natureza de classe do poder político:

repúblicas sob ditadura da burguesia;

repúblicas sob ditadura do proletariado; e

repúblicas sob ditadura conjunta das várias classes revolucionárias” (Zedong, [1940]).

Por conta dessas especificidades, as fases históricas constituintes do novo Estado nacional chinês após o triunfo da Revolução seriam a “Nova Democracia” e o “Socialismo”.

A primeira etapa sintetiza, com maior robustez, as particulares tarefas históricas da Revolução. A heterogeneidade estrutural da economia chinesa¹⁰ exigia o desenvolvimento conjunto de um setor socialista – composto, fundamentalmente, por empresas estatais monopolistas e de grande escala – e de um mercantil – de menor proporção e marcado pelas pequenas propriedades agrícolas, trabalho individual, capital privado nacional e estrangeiro (Chinese People’s Political Consultative Conference, 1950). Ou seja, a atuação da propriedade privada deveria se circunscrever às pequenas e médias propriedades com o objetivo de desenvolvimento das forças produtivas para, *a posteriori*, serem estatizadas, já que, mediante a concorrência, os processos de concentração e centralização de capitais facilitariam o controle e a planificação dos futuros monopólios pelo governo.

Em termos de classes sociais, o governo da Nova Democracia¹¹ seria liderado pelo PCCh – vanguarda do proletariado – e apoiado por camponeses, pequena burguesia e burguesia nacional – representados por um conjunto de partidos democráticos auxiliares e demais setores da sociedade civil –, combatendo os chamados “inimigos do povo” – senhores feudais, capitalistas burocráticos e privados, e imperialistas. Todavia, mesmo após a expropriação política, estes desempenhariam a função de auxiliar no crescimento do nível das forças produtivas do país, para fins futuros de socialização da riqueza e da propriedade, “dado que a economia da China está ainda muito atrasada” (Zedong, [1940]).

Portanto, na fase da Nova Democracia, a tarefa de desenvolvimento das forças produtivas sobrepunha-se às alterações nas relações de produção – nesse caso, do ponto de vista jurídico e da infraestrutura em seu conteúdo marxiano, haja vista o cumprimento, pelo novo governo revolucionário, da tarefa histórica “destinada” à burguesia¹² – e à radicalização da

¹⁰ Essa heterogeneidade refere-se às heranças socioeconômicas pré-revolucionárias, como já destacado: coexistência de relações feudais, relações capitalistas, burocracia estatal e ingerências estrangeiras dentro de uma mesma formação econômico-nacional, relacionando-se reciprocamente em termos tanto harmoniosos quanto contraditórios.

¹¹ A etapa da Nova Democracia também pode ser designada como um tipo de revolução nacional democrático-popular (Pomar, 2002).

¹² A partir da Transformação Socialista, nota-se com maior nitidez a equiparação entre relações de

luta de classes (Motta, 2020). As referidas concepções tornam-se plausíveis ao considerar as extensas contendas entre nacionalistas e comunistas e as violentas ingerências das forças imperialistas no período anterior à Revolução, além da própria composição das classes sociais do processo, exigindo do novo governo políticas orientadas à recuperação econômica e à estabilidade político-social.

A etapa subsequente – “Socialismo” – provavelmente almejava uma sociedade semelhante à soviética, devido, entre outras coisas, ao seu pioneirismo revolucionário, ao rápido processo de industrialização pesada edificado na primeira metade do século XX e à influência internacional alcançada após a derrocada do nazifascismo, praticamente obrigando o PCCh a buscar ajuda militar e financeira para a sua reconstrução econômica¹³ – a despeito das divergências entre os países no transcurso da Revolução Chinesa e da própria hesitação soviética em garantir o aval para o triunfo do PCCh sobre os nacionalistas (Westad, 1998a; Visentini, 2021) –, o que situa o modelo socioeconômico soviético como uma espécie de “personificação do socialismo”.

Portanto, o “Socialismo”, tal como compreendido pelo PCCh, não se referia à transição entre diferentes modos de produção como nos autores marxianos, mas a um “modo de produção” – ou, pelo menos, a um sistema socioeconômico de estruturas e dinâmicas relativamente resilientes e definidas. Nesse caso, a sociedade chinesa pós-Revolução seria caracterizada pela dotação de uma estrutura política pautada no Estado-partido, de uma economia planejada e industrializada¹⁴ – em síntese, orientada para a aceleração do desenvolvimento das forças produtivas, a satisfação

produção e propriedade jurídica dos meios de produção, porque, durante a Nova Democracia, o PCCh tinha como um dos seus objetivos a promoção deliberada do modo de produção capitalista, mesmo que de forma “restrita”. Por exemplo, no artigo trigésimo do “Programa Comum” de 1950 – espécie de protótipo de uma Constituição –, dizia-se que “[t]he People’s Government shall encourage the active operation of all private economic enterprises beneficial to the national welfare and to the people’s livelihood and shall assist in their development” (Chinese People’s Political Consultative Conference, 1950, p. 11-12).

¹³ Essas suposições podem ser confirmadas pela inserção internacional da República Popular da China, em seus primeiros anos de existência, no “campo socialista liderado pela União Soviética” (Zedong, [1949]) e pela transposição do modelo soviético ao país durante a Transformação Socialista (1953-1957).

¹⁴ No caso chinês, não houve, como na União Soviética, um processo de urbanização intenso, por conta da industrialização rural e do sistema *hukou* – “passaporte interno”, cujo objetivo centra-se na planificação demográfica, evitando processos de favelização (Sheng, 2021, p. 25).

das necessidades básicas dos cidadãos e o fortalecimento da defesa nacional – e, do ponto de vista jurídico da propriedade dos meios de produção, completamente estatizada e coletivizada – com primazia das relações de produção –, inevitavelmente pressupondo certa priorização na luta de classes, haja vista a sua penetração não somente no campo político, mas também no econômico via expropriação de propriedades.

A seguir, discutir-se-á como a intercorrência de diversos fenômenos e acontecimentos abriu possibilidades para novas formulações teóricas sobre o processo revolucionário chinês pós-1949.

2.1 Nova Democracia (1949-1952)

Dado que a população da República Popular da China era majoritariamente rural, uma das primeiras medidas para manter o apoio político-social dos camponeses e a coerência programática anterior à Revolução foi a implementação da Reforma Agrária em junho de 1950¹⁵. Sua consequência materializou-se na formação de minifúndios familiares privados: distribuíram-se cerca de 47 milhões de hectares – 50% da terra cultivada – para 300 milhões de camponeses¹⁶, configurando-se como a maior e mais ampla reforma agrária já realizada na história (Pomar, 2002, p. 83-84; Maddison, 2007, p. 72; Instituto de Estudios de la China Contemporánea, 2023, p. 27). Complementarmente, o “novo Estado” atuou diretamente nos mercados agrícolas, a fim de eliminar uma acumulada espiral inflacionária herdada dos nacionalistas mediante o controle de estoques, a comercialização de grãos e a reconstituição das redes de transportes e de comunicação (Weber, 2023).

Nas cidades, processos de estatização dos grandes monopólios também ganharam força nos primeiros anos da Revolução para que a socialização da riqueza se irradiasse por todo o tecido econômico do país: já em 1952 a produção industrial bruta do setor socialista representava 45% do total (China Statistical Yearbook, 2000). Igualmente relevante, as estatais urbanas passaram a adquirir funções “extraeconômicas” ao internalizarem programas de estabilidade de empregos e serviços sociais (Pomar, 2002).

¹⁵ Tratava-se da continuação de um processo instaurado nas “áreas libertadas” pelos comunistas antes do triunfo da Revolução (Pomar, 2002).

¹⁶ À época, representavam mais da metade da população total chinesa (National Bureau of Statistics of China, 2024).

Nas relações interestatais, a China se inseriu no “campo socialista liderado pela União Soviética” pelas razões referendadas na seção anterior e por questões do imediato pós-Revolução, tais como a Guerra da Coreia (1950-1953), os embargos econômicos de países europeus, dos Estados Unidos e do Japão, além da atribuição para Taiwan de uma cadeira, em nome da China, no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) (Reis Filho, 1981a, p. 10; Westad, 1998a, p. 9; Maddison, 2007, p. 84). Em fevereiro de 1950, assinaram o Tratado de Amizade Sino-Soviético, segundo o qual a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) desembolsaria um empréstimo inicial de 300 milhões de dólares – para que a China, *grosso modo*, adquirisse bens de capital do país – e forneceria assistência técnica para a consecução de projetos conjuntos, primordiais para a recuperação chinesa.

Mesmo com o seu envolvimento direto na Guerra da Coreia, a recuperação econômica foi viável, porque, além dos recursos financeiros, o conflito “se estabilizou” já em 1951 e a União Soviética, em 1949, dispunha de armas nucleares, neutralizando possíveis ameaças estadunidenses (Kissinger, 2011, p. 127 e 193). Na esfera doméstica, a República Popular da China conseguiu solucionar a questão da reunificação continental após a incorporação do Tibete à jurisdição do país entre 1950 e 1951 (Instituto de Estudios de la China Contemporánea, 2023, p. 21-22), viabilizando a implementação de políticas econômicas voltadas à recuperação.

Evidentemente, o período histórico da Nova Democracia não esteve isento de contradições. Em primeiro lugar, embora a reforma agrária chinesa tenha resolvido o problema inflacionário e elevado a produção de grãos do país a uma taxa média de crescimento de 13,14% a.a. entre 1949 e 1952 (China Statistical Yearbook, 2000; Aglietta; Bai, 2013, p. 77), os minifúndios sofreram com problemas de escala produtiva e de concorrência com os produtores mais abastados, o que poderia ser bastante caótico do ponto de vista político-social (Pomar, 2002; Moreira, 2017). Uma das maneiras que os camponeses encontraram para tentar contornar o problema foi a formação de grupos de ajuda mútua¹⁷ – que, ao final da Nova Democracia, abrigavam cerca de 40% das famílias camponesas –, cujo objetivo centrava-se na união de esforços de trabalho, de animais de tra-

¹⁷ Os grupos de ajuda mútua abrigavam entre 120 e 150 pessoas (Bettelheim, 1976, p. 21-25; Banco Mundial, 1983a, p. 55).

ção e de ferramentas agrícolas (Spence, 1990, p. 550; Maddison, 2007, p. 72-73).

A aliança sino-soviética, por sua vez, formalizou-se sem solucionar questões históricas, como as concessões chinesas à URSS nos territórios da Manchúria e de Xinjiang – presentes nos antigos acordos entre soviéticos e nacionalistas de 1945 –, infringindo o caráter nacional e anticolonial da Revolução Chinesa. Não obstante, Stálin, “no espírito de Yalta e Potsdam”, havia recomendado aos chineses, durante as negociações do Tratado de Amizade, uma postura relativamente diplomática na questão de Taiwan, fato que evidentemente incomodou os dirigentes chineses que ainda almejavam a reunificação completa do país (Westad, 1998a).

Em outros termos, assim como a aliança sino-soviética arrefeceu as restrições externas chinesas e, desse modo, possibilitou que as tarefas da Nova Democracia e a recuperação econômica do país fossem cumpridas – primazia do desenvolvimento das forças produtivas –, a falta de resolução dessas pendências – considerando o caráter nacional e anticolonial da revolução – e outros acontecimentos no transcurso da década de 1950 estão diretamente conectados ao rompimento das relações entre China e União Soviética, à radicalização do modelo socioeconômico chinês e, conseqüentemente, às novas interpretações do PCCh acerca do processo revolucionário doméstico.

2.2 Transformação Socialista (1953-1957)

Tal como elaborado pelo PCCh, completada a fase da Nova Democracia, o processo subsequente circunscreveu-se, fundamentalmente, à sovietação da economia chinesa – ou à constituição de uma “economia de comando”. Porém, não se tratou de uma mera aplicação mecânica de uma teorização formulada *ex-ante*, porque se pensava que a estatização e a cooperativização dos meios de produção, tendo como inspiração a experiência soviética, superariam as contradições resultantes da Reforma Agrária de 1950 – isto é, solucionariam o problema de escala produtiva dos minifúndios para o abastecimento das grandes indústrias e combateriam as tendências pequeno-burguesas características da etapa anterior (Pomar, 2002; Moreira, 2017).

A partir de então, a dinâmica intersetorial, outrora calcada nas re-

lações mercantis mediadas pelo Estado, basear-se-ia na chamada “acumulação primitiva socialista”: o financiamento do “setor socialista” urbano ocorreria pelo monopólio comercial estatal, sendo que este extrairia os recursos do “setor semissocialista”¹⁸ rural a preços artificialmente mais baixos, vendendo os bens industriais a preços elevados (Carcanholo, 2017). As empresas estatais, por sua vez, tornaram-se ministeriais – isto é, desprovidas de autonomia microeconômica significativa –, nas quais os lucros e as amortizações eram transferidos ao Estado, enquanto os fundos de investimento e de salários eram garantidos pelo orçamento fiscal, com posterior redistribuição dos recursos às unidades produtivas (Tabela 1).

Participação das rendas empresariais na arrecadação fiscal	Participação do orçamento fiscal na construção de capital das empresas
14,00	19,00
48,00	85,42

A chamada indústria pesada tornar-se-ia o principal pilar dos investimentos chineses, abarcando 57,43% dos gastos governamentais em construção de capital em 1957, ao passo que, para a indústria leve e a agricultura, as porcentagens foram de 3,27% e 8,84%, respectivamente (Banco Mundial, 1983a, p. 352-353). Para além do impulso aos desencadeamentos setoriais, o avanço da industrialização pesada na China colocava-se como um imperativo à medida que o ambiente internacional se tornava gradativamente mais hostil ao país (ver adiante).

Para que a escala de produção agrícola se elevasse, de forma a canalizar os recursos necessários para o salto industrializante mediante a acumulação primitiva socialista, os processos de cooperativização das propriedades rurais avançaram durante a Transformação Socialista (Tabela 2). Os grupos de ajuda mútua foram gradativamente substituídos pelas cooperativas inferiores – que, *grosso modo*, realizavam as mesmas tarefas econômicas

¹⁸ “Semissocialista” porque as cooperativas, em comparação às estatais, são hierarquicamente inferiores em um contexto revolucionário.

daqueles, mas também empreendiam obras relacionadas à irrigação – e pelas superiores – nas quais a propriedade da terra e dos principais meios de produção eram coletivas – enquanto unidades-base para o gerenciamento da produção e do trabalho agrícolas (Spence, 1990; Pomar, 2002; Maddison, 2007)¹⁹.

Tabela 2 – Evolução da participação das famílias camponesas chinesas nas instituições agrárias entre 1952 e 1957 (em % do total)

	Grupos de ajuda mútua (times de produção)	Cooperativas inferiores (times de produção)	Cooperativas avançadas (brigadas)
1952	39,90	0,10	-
1953	39,30	0,20	-
1954	58,30	2,00	-
1955	50,70	14,20	-
1956	0	8,50	87,30
1957	0	0	93,50

Fonte: Banco Mundial (1983b, p. 29), Spence (1990, p. 550) e Maddison (2007, p. 73).

A partir de 1955, explicita-se uma aceleração da cooperativização das propriedades rurais, coincidindo com mudanças importantes nas relações internacionais chinesas, que, inevitavelmente, recaíram nas políticas econômicas domésticas.

Entre agosto de 1954 e abril de 1955, eclodiu a Primeira Crise no Estreito de Taiwan em resposta às negociações militares entre Estados Unidos e Taiwan e ao estabelecimento da Organização do Tratado do Sudeste Asiático liderado pelos estadunidenses²⁰. Não obstante, essa crise tinha como objetivo, por parte da China, formalizar acordos com os soviéticos para a obtenção de poderio nuclear – o que de fato ocorreu –, a fim de fortalecer a defesa nacional do país e, conseqüentemente, o seu processo de industrialização pesada (Spence, 1990, p. 554; Losurdo, 2004, p. 146; Lüthi, 2010, p. 29; Kissinger, 2011, p. 160-161 e 165).

¹⁹ Enquanto as cooperativas inferiores abrigavam cerca de 120-150 pessoas – tal como os grupos de ajuda mútua –, as cooperativas superiores detinham entre 800 e 1.000 pessoas (Bettelheim, 1976, p. 21-25; Banco Mundial, 1983a, p. 55).

²⁰ Essa organização, fundada por Austrália, França, Nova Zelândia, Paquistão, Filipinas, Tailândia, Reino Unido e Estados Unidos, tinha como objetivo frear o avanço do comunismo no Sudeste Asiático (Spence, 1990, p. 554).

A aceleração na socialização das propriedades foi justificada teoricamente por Mao – na obra *Sobre o tratamento correto das contradições no seio do povo* ([1957c]) – a partir da premissa de que as propriedades estatais e coletivas, por si sós, eram superiores às privadas no desenvolvimento das forças produtivas (Motta, 2020). Percebe-se com maior clareza, nessa abordagem, a equiparação do processo de estatização e de cooperativização jurídica da propriedade com a existência de “relações de produção socialistas”²¹:

Quando se diz que as relações de produção socialistas correspondem melhor do que as relações de produção de outrora ao desenvolvimento das forças produtivas, quer-se dizer com isso que *as primeiras permitem o desenvolvimento das forças produtivas a um ritmo sem precedentes* (Zedong, [1957c]).

Ao final da “transformação socialista da propriedade dos meios de produção” – a chamada “*general task*” àquele recorte histórico (Zedong, [1953])²² –, os inimigos do povo, anteriormente desprovidos de poder político, já não se constituíam como classes sociais organizadas devido à expropriação de suas propriedades – em 1957, o setor socialista era responsável por quase 73% do valor bruto da produção industrial (China Statistical Yearbook, 2000) –, “rebaixando” a problemática da luta de classes a um plano secundário²³, tal como expresso na Primeira Sessão Plenária do 8º Congresso do PCCh (setembro de 1956):

The socialist transformation which we have been carrying out in agriculture, handicrafts and capitalist industry and commerce, is designed to alter capitalist ownership and the system of private ownership by small producers – the

²¹ Fundamentalmente em razão da influência, direta e indireta, soviética no desenvolvimento socioeconômico dos países que reivindicavam o “socialismo”, como no caso chinês.

²² “The time between the founding of the People’s Republic of China and the basic completion of socialist transformation is a period of transition. The Party’s general line or general task for the transition period is basically to accomplish the country’s industrialization and the socialist transformation of agriculture, handicrafts and capitalist industry and commerce over a fairly long period of time” (Zedong, [1953]).

²³ Na Nova Democracia, havia um explícito recorte funcional – desenvolvimento das forças produtivas – às antigas classes exploradoras; já ao final da Transformação Socialista, a expropriação desaguou também na esfera econômica, desarticulando, segundo a interpretação chinesa, os capitalistas enquanto classe social após a finalização do processo.

root of capitalism. A decisive victory has already been won in this socialist transformation. *This means that the contradiction between the proletariat and the bourgeoisie in our country has been basically resolved*, that the history of the system of class exploitation, has on the whole been brought to an end, and that the social system of socialism has, in the main, been established in China (Communist Party of China, 1956, p. 115-116).

Em outros termos, após a conclusão do processo de estatização e cooperativização das propriedades – agudizado nos últimos anos do período em questão –, a principal contradição da sociedade chinesa, segundo a análise de Mao e do PCCh como um todo, seria entre forças produtivas subdesenvolvidas e relações de produção avançadas – isto é, tratar-se-ia da primazia das relações de produção sobre as forças produtivas (Zedong, [1957c]; Motta, 2020, p. 2630-2631).

O rebaixamento da luta de classes na hierarquia de contradições da China também estava relacionado às transformações em curso, naquele momento histórico, na União Soviética. No 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética (fevereiro de 1956, meses antes da Primeira Sessão Plenária do 8º Congresso do PCCh), Nikita Krushev proferiu o chamado “Discurso Secreto”, denunciando os crimes cometidos por Stálin e o culto à personalidade em torno de sua figura²⁴, além de lançar a chamada “Política de Coexistência Pacífica”.

A partir da busca soviética por uma distensão com os Estados Unidos – bloqueando, a longo prazo, a problemática da reunificação completa da China – e do “afrouxamento repressivo” nos campos doméstico e internacional – no caso, referente ao bloco socialista –, os impactos mais imediatos da “desestalinização” foram os incidentes populares na Polônia (junho de 1956) e na Hungria (outubro de 1956)²⁵, bem como o próprio

²⁴ Na Primeira Sessão Plenária do 8º Congresso do PCCh, a nova constituição do Partido retirou referências a Mao em seus escritos, refletindo os impactos do “Discurso Secreto” sobre a China (Spence, 1990, p. 568; Thornton, 2018, p. 256-261).

²⁵ Segundo Visentini (2021), os líderes das chamadas “Democracias Populares” deviam, de alguma maneira, os seus poderes a Stálin, em consequência da divisão da Europa em áreas de influência entre as potências aliadas. Ademais, nesses países e na China, processos de industrialização estavam em curso – ao contrário da Alemanha Oriental (país com algum grau de industrialização) e da Romênia (agrário), por exemplo –, o que potencializava as instabilidades socioeconômicas (Visentini, 2021).

Movimento das Cem Flores (1956-1957) na China²⁶. Embora as metamorfoses em curso no dito campo socialista após o “Discurso Secreto” inevitavelmente tivessem fomentado o surgimento do Movimento das Cem Flores, o PCCh deliberadamente incentivou essa campanha por razões domésticas, a saber: o entendimento de que o término da expropriação econômica resultou no encerramento da luta de classes a nível nacional, viabilizando a promoção do debate público acerca das contradições engendradas pela “sovietização” da economia chinesa, tais como a redução de renda dos camponeses – mediante a aplicação da “acumulação primitiva socialista” – e a burocratização das decisões na esfera da produção (Reis Filho, 1981a; Moreira, 2017).

Porém, quando as críticas do Movimento das Cem Flores tornaram-se mais incisivas ao poder político estabelecido, o PCCh lançou a “Campanha Antidireitista” (1957), na qual a problemática da luta de classes passou a ocupar uma posição comparativamente mais decisiva no processo revolucionário chinês. Retrospectivamente, a Campanha Antidireitista antecipou alguns pilares analíticos da Revolução Cultural: Mao Zedong ([1957c]) argumentava que, a despeito da Transformação Socialista ter alterado o sistema de propriedade – teoricamente, superando as relações de produção capitalistas – e o grosso da luta de classes ter cessado, “subsistem ainda vestígios das classes derrubadas, dos senhores de terras e compradores; [...] *A luta de classes entre o proletariado e a burguesia, entre as diversas forças políticas, bem como, no plano ideológico, entre o proletariado e a burguesia, será ainda prolongada*”. Assim, legitimava expurgos e campanhas governamentais de cunho ideológico contra as chamadas “forças contrarrevolucionárias”.

Para além das mudanças trazidas por Krushev em 1956, das contradições subjacentes à sovietização da economia chinesa e das mudanças teóricas concernentes às forças produtivas e às relações de produção, um outro conjunto de eventos internacionais ao final da década de 1950 agravou o insulamento geopolítico do país, obrigando-o a direcionar o seu modelo socioeconômico “para dentro” – isto é, visando ao aumento da autossuficiência – a partir de “queima de etapas”, rumo ao modo de produção comunista propriamente dito.

²⁶ O lema do Movimento das Cem Flores era “deixar as cem flores desabrocharem e as cem escolas rivalizarem” (Pomar, 2002; Naves, 2005).

2.3 Grande Salto Adiante (1958-1960): primeiro rompimento com as etapas pré-estabelecidas

No que tange às contradições materializadas pela sovietação da estrutura econômica chinesa – redução da renda dos camponeses e burocratização político-econômica –, Mao ([1956]) realizou críticas contundentes ao modelo soviético em obras como *On the Ten Major Relationships*, na qual defende, entre outras coisas, um sistema socioeconômico setorialmente mais equilibrado, descentralizado e regionalmente menos desigual.

Como a Transformação Socialista priorizava a indústria pesada em detrimento da agricultura e, em menor medida, da indústria leve, para garantir uma economia setorialmente mais balanceada, necessitava-se de um processo de industrializante sob novas bases – ou seja, o desenvolvimento simultâneo dos setores em questão²⁷. Essa estratégia, aliada ao tópico da desigualdade geográfica, pretendia combater a diferenciação socioeconômica entre cidade e campo, compatibilizando-a à realidade chinesa, já que a população à época era majoritariamente rural.

A generalização das comunas populares²⁸ – instituições características do período – buscava o desenvolvimento simultâneo da agricultura e da indústria²⁹ – “andar sobre duas pernas” –, a fim de garantir a autossuficiência econômica requerida naquele momento. Ademais, uma série de atribuições foram designadas às comunas como uma maneira de combater o burocratismo inerente ao modelo soviético, a exemplo da planificação econômica – nova unidade-base do gerenciamento e da produção agrícola –, da formação de milícias populares e do estabelecimento de serviços de saúde e obras de infraestrutura; nesse caso, ao contrário dos grupos de ajuda mútua e das cooperativas inferiores e superiores, “as comunas populares rurais são, simultaneamente, organizações econômicas, políticas, administrativas, militares, etc.” (Bettelheim, 1976, p. 19)³⁰.

²⁷ “The problem now facing us is that of continuing to adjust properly the ratio between investment in heavy industry on the one hand and in agriculture and light industry on the other in order to bring about a greater development of the latter. Does this mean that heavy industry is no longer primary? No. It still is, it still claims the emphasis in our investment. But the proportion for agriculture and light industry must be somewhat increased” (Zedong, [1956]).

²⁸ A composição das comunas populares variava entre 8.000 e 10.000 membros (Bettelheim, 1976, p. 21-25; Banco Mundial, 1983a, p. 55).

²⁹ Notadamente, do setor siderúrgico.

³⁰ As funções dessas cooperativas, de encontro às comunas populares, estavam circunscritas à esfera da produção (Bettelheim, 1976, p. 19).

Atrelada ao desejo de superar as contradições da sovietação da economia chinesa, havia uma crença, expressa por Mao em novembro de 1957, de que a China poderia ultrapassar o Reino Unido, em 15 anos, na produção de aço, além da expectativa do surgimento de uma “onda anticapitalista” em escala mundial devido a um suposto enfraquecimento da superpotência estadunidense (Westad, 1998b, p. 166-167), confirmando a superioridade do Oriente em face do Ocidente³¹ – em claro contraponto à distensão pretendida por Krushev. O entusiasmo para alcançar uma sociedade comunista em um curto espaço de tempo³² foi canalizado pelo governo a partir do clamor ao sacrifício das massas, segundo o qual “o fervor revolucionário poderia superar todos os obstáculos materiais, e a mente transformar a matéria” (Hobsbawm, 1994, p. 453)³³.

Portanto, o Grande Salto Adiante representou a síntese, por parte do PCCh, da tentativa de edificação de um modelo socioeconômico mais compatível com as particularidades do país – combatendo a leitura monolítica soviética quanto ao processo revolucionário (Badiou, 2012, p. 67; Moreira, 2017, p. 88-89) –, com o desejo de avançar a passos largos ao modo de produção comunista – no qual as comunas populares expressavam a “via chinesa” a essa finalidade – em uma situação de insulamento internacional.

Apesar de se postar como contraponto à transposição do modelo socioeconômico soviético, a institucionalização das comunas populares radicalizou o argumento acerca da primazia das relações de produção sobre as forças produtivas – processo facilitado pela aceleração da cooperativização da agricultura ao final da Transformação Socialista – ao enterrear qualquer tipo de posse privada ainda persistente nas antigas formas de organização agrária (Pomar, 2002, p. 94; Weber, 2023, p. 146). Em um

³¹ “[...] the Western countries have been forever left behind, and our side has taken the advantage. It is inevitable that the West Wind will not be able to prevail over the East Wind, because the West Wind is so weak. Inevitably, the East Wind will prevail over the West Wind, because we are stronger” (Zedong, [1957a]).

³² “[...] our country will enter a new era, from the socialist era based on the principle of ‘from each according to his ability and to each according to his work’ to the communist era based on the principle of ‘from each according to his ability and to each according to his needs’” (Red Flag, 1958, p. 7).

³³ Uma outra inovação pretendida com a constituição das comunas populares era a de eliminação das diferenças entre trabalho manual e intelectual, reconectando os seus membros com os meios de produção e com a direção do processo produtivo (Bettelheim, 1976), postando-se como mais um elemento potencial à elevação do entusiasmo revolucionário.

ano, a totalidade das famílias transitaram das cooperativas avançadas para as comunas populares (Tabela 3).

Tabela 3 – Evolução da participação das famílias camponesas chinesas nas instituições agrárias entre 1956 e 1958 (em %)

	Times de ajuda mútua (times de produção)	Cooperativas inferiores (times de produção)	Cooperativas avançadas (brigadas)	Comunas populares
1956	0	8,50	87,30	-
1957	0	0	93,50	-
agosto/1958	-	-	-	30,40
setembro/1958	-	-	-	98,00
dezembro/1958	-	-	-	99,10

Fonte: Banco Mundial (1983b, p. 29), Spence (1990, p. 550) e Maddison (2007, p. 73).

A proliferação das comunas populares e, portanto, da radicalização da cooperativização rural, coincidiu com a eclosão da Segunda Crise no Estreito de Taiwan (agosto de 1958), acrescentando para essas entidades rurais, ao encontro da autossuficiência, uma lógica funcional de guerra. Esse incidente direcionou-se especificamente à URSS, em face do imobilismo soviético diante da intervenção dos EUA no Líbano e do desejo de Krushev em construir uma base naval em conjunto com a China, visto pelo PCCh como uma afronta à sua soberania nacional. Enquanto a Primeira Crise permitiu a formalização de acordos na esfera nuclear entre os países, a de 1958 acelerou a ruptura da aliança sino-soviética, já que, naquele contexto, Krushev buscava certa distensão com os Estados Unidos – o que pode ser comprovado pelo lançamento da política de Coexistência Pacífica em 1956. Encerrada a Segunda Crise, “Moscow had agreed to Washington’s long-standing proposal to convene nuclear arms limitation talks, which eventually led to the Limited Nuclear Test Ban treaty in mid-1963” (Lüthi, 2010, p. 42). Por fim, mas não menos fundamental, no início de 1959, confrontos fronteiriços entre chineses e indianos desagradaram a União Soviética, haja vista sua proximidade com os últimos (Spence, 1990; Westad, 1998b; Lüthi, 2010; Kissinger, 2011).

O Grande Salto Adiante, ainda que teoricamente preocupado com os desequilíbrios setoriais, além de elevar abruptamente o nível de inves-

timentos em comparação à Transformação Socialista³⁴, centralizou-os na produção de aço, dado o entendimento de que a economia chinesa deveria “apreender o aço enquanto o fator dominante” (Central Committee of the Communist Party of China, 1958, p. 7; Joseph, 1986, p. 435), mas também em clara resposta às hostilidades externas. Pulverizou-se, ao longo do território do país, os chamados “fornos de aço de fundo de quintal”, cuja consequência crítica circunscreveu-se na diminuição do emprego rural agrícola na magnitude de 40 milhões de pessoas entre 1957 e 1958 (China Statistical Yearbook, 2000). A constituição dos “planos duplos”³⁵ agravou a conjuntura, devido à demasiada superestimação das metas a serem atingidas (Pomar, 2002, p. 94; Sheng, 2021, p. 51).

Em síntese, a atribuição de diversas funções e atividades socioeconômicas no âmbito das comunas, cuja tentativa era a descentralização do sistema e a elevação da autossuficiência, acabou por isolá-las umas das outras, rompendo com as cadeias produtivas existentes em escala nacional e com os mercados como um todo (Medeiros, 1999, p. 27). Adicionalmente, a retirada de técnicos soviéticos em 1960 – em resposta aos acontecimentos em Taiwan e na Índia –, a maciça transferência de camponeses aos “fornos de aço de fundo de quintal” em um curtíssimo espaço de tempo e as metas de produção irrealistas resultaram na fabricação de aço de péssima qualidade e no colapso da produção agrícola³⁶ – também impactada pelas condições climáticas adversas no biênio 1959-1960 –, culminando na morte de milhões de pessoas (Bergère, 1980, p. 46; Pomar, 2002, p. 94-95; Weber, 2023, p. 146).

Nesse contexto socioeconômico catastrófico, há a primeira ruptura político-partidária relevante na China. Sinteticamente, o PCCh passou a ser composto por duas facções distintas: a ala à esquerda – composta pelo

³⁴ Durante a Transformação Socialista, as taxas médias de crescimento da construção de capital global e proveniente do orçamento fiscal foram, respectivamente, 12,20% a.a. e 15,16% a.a. No Grande Salto Adiante, essas médias saltaram para 39,45% a.a. e 42,03% a.a. (China Statistical Yearbook, 2000).

³⁵ Cada esfera governamental teria um plano obrigatório e outro referente à expectativa de ultrapassagem das produções estabelecidas (extraoficial) que, no geral, era superior àquele; ao longo desse efeito cascata, as demais jurisdições estabeleceriam seus planos obrigatórios baseados nos planos extraoficiais das imediatamente acima delas, resultando inevitavelmente em uma espiral ascendente de metas, totalmente incompatíveis com a realidade material chinesa (Sheng, 2021, p. 53).

³⁶ A produção de grãos, entre 1959 e 1961, decresceu a uma taxa média anual de -11,61% (China Statistical Yearbook, 2000). Após o Grande Salto Adiante, a China passou de exportadora para importadora líquida de grãos (USDA, 2011).

“Grupo de Xangai” (encabeçada pela chamada “Gangue dos Quatro”) e por Lin Biao (comandante do Exército Popular de Libertação) –, cujas bandeiras defendidas eram da primazia das relações de produção e da ênfase na luta de classes; e a ala à direita – representada por Liu Shaoqi e por Deng Xiaoping –, que pregava pela primazia das forças produtivas e pela menor mobilização político-social (Motta, 2020, p. 2632).

Os direitistas passaram a ser predominantes na primeira metade da década de 1960, dado que o radicalismo do Grande Salto Adiante não surtiu os resultados esperados, como a “rápida transição ao modo de produção comunista”. Por exemplo, Mao – que atuava enquanto um “árbitro” para mediar os distintos interesses partidários, ainda que inclinado à esquerda – “aposentou-se parcialmente” da vida política chinesa, retirando a sua candidatura à presidência do PCCh ao final de 1958, sendo substituído por Liu Shaoqi (Marti, 2021, p. 22)³⁷.

2.4 Período de Retificação (1961-1965)

Com o predomínio da ala à direita do PCCh e com a tolerância de Mao quanto aos próximos caminhos a serem trilhados pela Revolução Chinesa, foram adotadas, ao longo do Período de Retificação, medidas direcionadas ao enfoque em investimentos eficientes³⁸, ao deslocamento de recursos para as indústrias leve e agricultura³⁹, à reversão parcial na cooperativização – em que os times de produção (grupos de ajuda mútua e cooperativas inferiores) tornaram-se as unidades-base das comunas populares (Bergère, 1980, p. 49; Banco Mundial, 1983b, p. 31; Bettelheim, 1976, p. 24-25)⁴⁰ –, à melhora dos termos de troca para os camponeses (China Statistical Yearbook, 2000; USDA, 2011) e ao reflorescimento do comércio privado (Sheng, 2021, p. 66; Weber, 2023, p. 147).

³⁷ Todavia, ainda que afastado, Mao permanecia como “líder incontestável”.

³⁸ As taxas médias de crescimento da construção de capital global e proveniente do orçamento fiscal, para o biênio 1961-1962, foram de -57,18 a.a. e -60,38% a.a., respectivamente (China Statistical Yearbook, 2000).

³⁹ A participação da indústria pesada na construção de capital proveniente do orçamento fiscal reduziu de 57,43% para 49,31% entre 1957 e 1965; para o mesmo período, as parcelas referentes à indústria leve e à agricultura cresceram, respectivamente, de 3,27% para 4,06% e de 8,84% para 14,83% (Banco Mundial, 1983a, p. 352-353).

⁴⁰ Ou seja, a unidade-base no Período de Retificação situou-se abaixo daquela operante mesmo na Transformação Socialista (ver seção 3.2).

Em resumo, as atividades político-econômicas das comunas populares foram rearranjadas para cada esfera constituinte, cuja estrutura interna permaneceu relativamente estável até meados do final da década de 1970. Ainda que a autossuficiência permanecesse como prioridade, iniciou-se uma gestação de uma divisão interna do trabalho que, *a posteriori*, serviu como ponto de partida para as reformas da Era Deng (Bettelheim, 1976, p. 21-25; Banco Mundial, 1983a, p. 55; Naughton, 2007, p. 235; Weber, 2023, p. 233).

As mudanças impostas na primeira metade da década de 1960 podem ser resumidas a partir da compreensão de Deng Xiaoping ([1962], p. 237) no que tange à produção agrícola. Xiaoping defendia que alterações nas relações de produção – nesse caso, equiparadas às instâncias decisórias internas às comunas – eram primordiais para a retomada do crescimento, legitimando assim a primazia das forças produtivas:

If we want to restore agricultural production, we must also take advantage of actual conditions. That is to say, we should not stick to a fixed mode of relations of production but adopt whatever mode that can help mobilize the masses' initiative. At present, it looks as though neither industry nor agriculture can advance without first taking one step back. Can you not see this? Is agriculture not now taking a step backwards? Are communes not taking a step backwards? The accounting unit has regressed from the commune through the production brigade to the production team, because only by stepping back can they go forward. At present, it is necessary to fully arouse the masses' initiative and tap their potential. The first step is to revive the production of grain, to be followed by cash crops.

Sob uma ótica mais abrangente, a década de 1960 como um todo se caracterizou pela relativa estagnação, em termos absolutos, do comércio exterior chinês (China Statistical Yearbook, 2000), cujas razões foram a baixa capacidade de exportação da China no período imediatamente posterior ao Grande Salto Adiante, a ruptura sino-soviética⁴¹ e os efeitos disruptivos da “fase radical” da Revolução Cultural.

⁴¹ A participação da URSS no comércio internacional chinês passou de 50% para somente 1% entre 1952 e 1970 (Batsavage; Davie, 1978, p. 734-735; Maddison, 2007, p. 84).

Mesmo assim, as medidas paliativas do Período de Retificação foram viáveis devido ao contexto internacional menos ameaçador à China, já que, em 1962, os ataques esperados provenientes de Taiwan – em decorrência da fragilidade chinesa após o Grande Salto Adiante – não se concretizaram e a rápida vitória militar alcançada contra a Índia contrabalanceou os perigos consequentes da ruptura sino-soviética (Naughton, 1988, p. 352).

A redução na ênfase à indústria pesada, a descentralização econômica nas comunas populares e os demais incentivos para a agricultura viabilizaram a aproximação do nível da produção de grãos ao pico atingido em 1958 (China Statistical Yearbook, 2000). Mas, as políticas econômicas características do Período de Retificação foram revertidas devido à conclusão do Tratado de Proibição Parcial de Testes Nucleares assinado por Estados Unidos, Grã-Bretanha e União Soviética (1963) e, mais diretamente, às ameaças estadunidenses de entrada na Guerra do Vietnã (1964).

Nesse sentido, a estratégia do Terceiro Front, pautada em um novo *boom* de investimentos⁴², buscava expandir a malha ferroviária chinesa e edificar indústrias pesadas “reservas” nas regiões interioranas do país, devido ao entendimento de que, em caso de invasão de alguma superpotência ao território chinês, os agressores bombardeariam as principais cidades litorâneas, como Xangai e Pequim (Naughton, 1988).

No campo político, como não poderia se opor frontalmente à facção responsável pela recuperação econômica, a interpretação utilizada à “retomada completa” do controle do PCCh por Mao foi semelhante à lançada na Campanha Antidireitista, mas articulada de forma mais robusta: a abolição formal dos capitalistas privados enquanto classe social⁴³ resultou na sua reorganização por dentro dos aparelhos político-partidários existentes (Naves, 2005, p. 77; Badiou, 2012, p. 69), cujos principais acusados foram Liu Shaoqi – presidente da República Popular da China – e Deng Xiaoping – secretário-geral do PCCh –, que, supostamente, representavam a “linha capitalista” do Partido. Nesse caso, as transformações da infraes-

⁴² Entre 1963 e 1966, as taxas médias de crescimento da construção de capital global e proveniente do orçamento fiscal foram 30,93% a.a. e 36,12% a.a., respectivamente (China Statistical Yearbook, 2000). Ao analisar esses números, deve-se considerar a base inicial relativamente menor que a do Grande Salto Adiante, embora as taxas de crescimento fossem superiores.

⁴³ Novamente, a partir da estatização e da cooperativização generalizada das propriedades – a despeito de uma certa reversão desse processo –, acrescidas da expropriação política materializada pelo domínio do PCCh.

trutura – a abolição das relações de produção mediante as mudanças jurídicas das propriedades – não engendraram mudanças na superestrutura, sendo fundamentais políticas diretamente focalizadas nas esferas partidárias, culturais e educacionais, por exemplo⁴⁴. Conseqüentemente, a notoriedade do conceito da luta de classes atingiu o seu ápice durante o referido período⁴⁵.

2.5 Revolução Cultural (1966-1976)

A partir de um apelo às massas e às estruturas extrainstitucionais – sobretudo os jovens Guardas Vermelhos – para combater os “seguidores da via capitalista”, Mao e a ala à esquerda lançaram a chamada Revolução Cultural (1966-1976), cujo foco se direcionou principalmente aos professores universitários e aos políticos à direita do PCCh. Não houve, contudo, políticas econômico-institucionais marcadamente distintas às praticadas no Período de Retificação (Reis Filho, 1981a; Naves, 2005), como a supressão dos lotes privados e a recentralização de atividades ao nível das comunas populares, dado que a institucionalidade rural estabelecida no início da década de 1960 não sofreu rupturas estruturais, ainda que a propriedade privada tenha sido retoricamente rechaçada em boa parte desse período⁴⁶.

Ou seja, ao contrário do período entre a Transformação Socialista e o Grande Salto Adiante, não houve uma intersecção entre a centralidade da luta de classes e a radicalização da primazia das relações de produção. Dessa forma, a Revolução Cultural destaca-se, em comparação às etapas antecedentes, por sua singularidade teórica.

⁴⁴ Na era maoista, políticas de cunho ideológico foram frequentes; todavia, na Revolução Cultural, ganharam amplitudes mais robustas e incisivas – extensão temporal, alvos para além dos partidários, caráter das medidas punitivas, entre outros.

⁴⁵ Não menos relevante, com o rompimento definitivo das relações sino-soviéticas na primeira metade da década de 1960, o PCCh, em 1964, começou a interpretar que a União Soviética, sob a liderança de Krushev, passou por um processo de “restauração do capitalismo” em decorrência da penetração de “elementos burgueses” na superestrutura da “pátria-mãe do socialismo” (People’s Daily, 1964; Kojima, 1980), ao encontro da análise maoista acerca das dinâmicas domésticas. Pouco tempo depois, Krushev foi deposto do poder, o que representou um sinal de alerta a Mao Zedong sobre os possíveis efeitos *spillovers* desse acontecimento na China.

⁴⁶ Evidentemente, os desdobramentos da Revolução Cultural impactaram as engrenagens econômicas, como a escassez de trabalhadores qualificados provenientes do fechamento de universidades, a perseguição política e a disrupção nos transportes por conta do transporte maciço dos Guardas Vermelhos ao longo do país e do deslocamento de prisioneiros às áreas rurais.

Na chamada “fase radical” da Revolução Cultural (1966-1969), a estratégia econômico-militar do Terceiro Front foi colocada em segundo plano, devido, evidentemente, às agitações político-sociais do referido período histórico, mas também porque os Estados Unidos “were demonstrating a consistent determination to avoid drawing China into the Vietnam war” (Naughton, 1988, p. 371)⁴⁷.

A Revolução Cultural encontrou limites a partir do momento em que os apelos pelas autoridades partidárias à esquerda refletiram diretamente na estrutura institucional do Estado-partido, dificultando o manejo macroeconômico do país e ameaçando a própria legitimidade da liderança política do PCCh (Naves, 2005).

Circunstancialmente, houve um período de arrefecimento durante a Revolução Cultural entre 1970 e 1976⁴⁸, quando a “ala esquerdista” – mesmo com uma influência não desprezível, sobretudo no controle propagandístico – perdeu espaços no círculo central do Partido; não obstante, admitiu-se a reintegração de membros perseguidos – como Deng Xiaoping – e a China iniciou gradualmente uma aproximação com os Estados Unidos (1972) – como contraponto à ameaça soviética –, o que, em tempos passados, era impensável.

Na transição das décadas de 1960 e 1970, o PCCh retomou a estratégia expansionista do Terceiro Front – “Novo Salto Adiante” (1969-1971) –, fundamentalmente pelas ameaças soviéticas provenientes da invasão das tropas do Pacto de Varsóvia na Tchecoslováquia (1968) e pelos confrontos militares nas fronteiras setentrionais chinesas entre os países (1969). Não menos importante, a mobilização necessária de recursos foi possível por causa do fim da “fase alta” da Revolução Cultural (Naughton, 1988, p. 371; Wishnick, 2001, p. 30-31).

Novamente, os planejadores econômicos “abandonaram” a estratégia do Terceiro Front devido à aproximação entre China e Estados Unidos em 1972⁴⁹; *grosso modo*, essa “improvável aliança” tornou-se factível por-

⁴⁷ Para o biênio 1967-1968, as taxas de crescimento da construção de capital global e proveniente do orçamento fiscal foram, respectivamente, de -26,52% a.a. e -21,46% a.a. (China Statistical Yearbook, 2000).

⁴⁸ A Revolução Cultural, nesse período, “entrou numa fase de disputa quase exclusivamente palaciana e partidária” (Pomar, 2002, p. 99).

⁴⁹ Embora os Estados Unidos tenham estabelecido relações diplomáticas com a China em 1979, os países retomaram as relações comerciais já em 1972 (Maddison, 2007, p. 84).

que a China, passada a “fase radical” da Revolução Cultural, almejava contrapor-se às ameaças soviéticas, ao passo que, para os EUA, era necessário retificar a sua posição geopolítica no continente asiático por conta dos desgastes impostos pela Guerra do Vietnã (Wishnick, 2001, p. 40; Kissinger, 2011, p. 242). Não somente a distensão sino-estadunidense possibilitou a flexibilização das políticas econômicas chinesas naquele momento histórico, mas também a gradual elevação do reconhecimento internacional do país enquanto representante legítimo da China: em 1971, a RPC foi admitida como Membro Permanente ao Conselho de Segurança da ONU; em 1972, normalizou suas relações com a Europa Ocidental e com o Japão (Spence, 1990, p. 628; Maddison, 2007, p. 87; Visentini, 2021, p. 8; Bergère, 1980, p. 89-92)⁵⁰.

Entre as mortes de Zhou Enlai (janeiro de 1976) e de Mao Zedong (setembro de 1976) até a Terceira Sessão Plenária do 11º Congresso do PCCh (dezembro de 1978), iniciou-se a edificação de um relativo consenso concernente à prioridade a ser dada ao desenvolvimento das forças produtivas e à estabilidade político-social, o que inaugurou uma nova etapa histórica do processo revolucionário chinês.

3. Considerações finais

O Partido Comunista Chinês liderado por Mao Zedong, a partir da abstração das particularidades do país presentes na transição dos séculos XIX e XX e da referência soviética enquanto modelo socioeconômico socialista a ser seguido, dividiu o processo revolucionário chinês em Nova Democracia e Socialismo.

A aliança sino-soviética concedeu para a China margens de manobra suficientemente razoáveis para que as tarefas da primeira etapa da Revolução se concretizassem; adicionalmente, a primazia das forças produtivas e a colocação da luta de classes em um segundo plano se estabeleceram no conjunto de ações do governo em razão das características socioeco-

⁵⁰ Em síntese, a gênese da reversão do isolamento internacional chinês, que data já do final do período maoista, permitiu que as exportações e as importações elevassem as suas participações no Produto Interno Bruto (PIB) do país, embora a um patamar relativamente menor ao alcançado na Era Deng (China Statistical Yearbook, 2000).

nômicas herdadas, das interpretações teóricas provenientes do processo revolucionário pré-1949 e da necessidade de reconstrução econômica.

No transcurso da Transformação Socialista, a transposição do modelo soviético à China representou a primazia das relações de produção sobre as forças produtivas, com base no entendimento de que a estatização e a cooperativização, por si sós, impulsionariam mais rapidamente o desenvolvimento das forças produtivas em comparação às propriedades privadas, solucionando as dificuldades no terreno da escala produtiva dos minifúndios. Porém, as contradições decorrentes da sovietação da economia chinesa, as consequências geopolíticas oriundas da União Soviética pós-1956, o cerco estadunidense e as novas concepções teóricas do Partido radicalizaram o processo de cooperativização das propriedades rurais via comunas populares, forçando uma maior “autarquização” do modelo socioeconômico chinês.

O colapso do Grande Salto Adiante, a predominância da ala direitista na direção do PCCh – retomada da primazia das forças produtivas e do arrefecimento da luta de classes no seio da sociedade chinesa – e o ambiente internacional relativamente menos hostil ao país no início da década de 1960 permitiram que as políticas se deslocassem para a recuperação econômica, inaugurando o chamado Período de Retificação. Entretanto, a ruptura sino-soviética e o ingresso dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã forçaram o lançamento do Terceiro Front, que, novamente, constituía uma estratégia econômico-militar calcada na expansão dos investimentos na indústria pesada.

A Revolução Cultural, notadamente sua fase radical (1966-1969), representou a maior ruptura teórica dentro do contexto revolucionário chinês – reagrupamento da classe capitalista nas entranhas do PCCh, incompatível com a infraestrutura socialista –, dado que as concepções econômicas provenientes do Período de Retificação foram apenas tangencialmente atacadas. Porém, na transição das décadas de 1960 e 1970, estendendo-se até 1976, houve alternâncias no que diz respeito às políticas econômicas expansionistas e às menos direcionadas ao crescimento dos investimentos, fundamentalmente pela ameaça soviética e pela aliança sino-estadunidense.

Diante da análise histórica do período maoista, pode-se concluir que: em momentos em que o ambiente externo era menos hostil, priorizou-se

o desenvolvimento das forças produtivas em comparação às alterações nas relações de produção – Nova Democracia e Período de Retificação (ou, ao menos, parte dele) –, ao passo que, em situações de ameaças mais concretas à soberania chinesa, as relações de produção e os “surto de investimentos”, conectados a uma ênfase na luta de classes, sobrepuseram-se na vida econômica do país – Transformação Socialista e Grande Salto Adiante. A Revolução Cultural, fundamentalmente em sua “fase radical”, destacou-se pela sua singularidade teórica porque rompeu com a conexão entre a primazia das relações de produção sobre as forças produtivas e a radicalização da luta de classes, focalizando na mobilização de massas sem críticas explícitas às práticas econômicas do período anterior.

Referências

AGLIETTA, M.; BAI, G. *China's Development: Capitalism and Empire*. London: Routledge, 2013.

ANDERSON, P. *Dois revoluções: Rússia e China*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BADIOU, A. *A hipótese comunista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BANCO MUNDIAL. *China: Socialist Economic Development*, v. 1. Washington D.C.: Banco Mundial, 1983a.

BANCO MUNDIAL. *China: Socialist Economic Development*, v. 2. Washington D.C.: Banco Mundial, 1983b.

BATSAVAGE, R. E.; DAVIE, J. L. China's International Trade and Finance. *Chinese Economy Post-Mao: a Compendium of Papers Submitted to the Joint Economic Committee Congress of the United States*, p. 707-741, 1978.

BERGÈRE, M.-C. *A economia da China Popular*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

BETTELHEIM, C. *As comunas populares*. Lisboa: Editora Gráfica Portuguesa, 1976.

CARCANHOLO, M. *Lei do Valor e a Economia Soviética: implicações para o debate sobre a transição*, 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/34966890/lei_do_valor_e_economia_sovi%C3%A9tica_pdf>. Acesso em: 13 fev. 2026.

CENTRAL COMMITTEE OF THE COMMUNIST PARTY OF CHINA. Resolution on the Establishment of People's Communes in the Rural Areas. *Beijing Review*, v. 1, n. 29, p. 21-23, 1958. Disponível em: <<https://www.massline.org/PekingReview/>>. Acesso em: 13 fev. 2026.

CHINA STATISTICAL YEARBOOK. *China Statistical Yearbook*, 2000. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/english/Statisticaldata/yearbook>>. Acesso em: 13 fev. 2026.

CHINESE PEOPLE'S POLITICAL CONSULTATIVE CONFERENCE. *The Common Program and other documents of the First Plenary Session of the Chinese People's Political Consultative Conference*. Beijing: Foreign Languages Press, 1950.

COMMUNIST PARTY OF CHINA. *Eighth National Congress of the Communist Party of China*. Beijing: Foreign Languages Press, Documents, v.1, 1956.

ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Livro de domínio público, 1880. Disponível em: <<https://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 13 fev. 2026.

ENGELS, F. *Princípios do comunismo*. São Paulo: Global Editora, 1980 [1874]. (Coleção Bases).

ENGELS, F.; KAUTSKY, K. *O socialismo jurídico*. São Paulo: Boitempo, 2012 [1887].

HOBBSBAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

INSTITUTO DE ESTUDIOS DE LA CHINA CONTEMPORÁNEA. *Breve historia de la República Popular China (1949-2019)*. Buenos Aires: CLACSO, 2023.

JOSEPH, W. A. A Tragedy of Good Intentions: Post-Mao Views of the Great Leap Forward. *Modern China*, v. 12, n. 4, p. 419-457, 1986.

KISSINGER, H. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KLEIN, S. Capitalism, Socialism and the Economic Theories of Mao Tse-Tung. *Political Science Quarterly*, v. 73, n. 1, p. 28-46, 1958.

KOJIMA, R. A reconsideration of Mao Zedong's theories of socialism. *The Developing Economies*, v. 18, n. 2, p. 147-159, 1980.

KRUSCHEV, N. *Speech to 20th Congress of the C.P.S.U.*, 1956. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/khrushchev/1956/02/24.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2026.

LOSURDO, D. *Fuga da História? A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

LÜTHI, M. L. Sino-Soviet Relations during the Mao Years, 1949-1969. *China learns from Soviet Union, 1949-present*. United Kingdom: Lexington Books, 2010. p. 27-59.

MADDISON, A. *Chinese Economic Performance in the Long Run*. Paris: OECD Publishing, 2007.

MARTI, M. E. *A China de Deng Xiaoping*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

MARX, K. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012 [1875].

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Penguin Classics: Companhia das Letras, 2012 [1848].

MARX, K.; ENGELS, F. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, C. A. Economia e política do desenvolvimento recente na China. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 19, n. 3, p. 496-516, 1999.

MEDEIROS, C. A. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MOREIRA, R. *A rodada socialista: a experiência de sociedade e transição socialista na URSS, China e Cuba*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MOTTA, L. E. O socialismo com características chinesas: continuidade e descontinuidade da Era Mao Tsétung ao pragmatismo pós-1978. *Revista Izquierdas*, v. 49, p. 2626-2644, 2020.

MOTTA, L. E. Cinco teses filosóficas de Mao Zedong. *A terra é redonda*, 2022. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/cinco-teses-filosoficas-de-mao-zedong/>>. Acesso em: 13 fev. 2026.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. *National Data*, 2024. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/english/Statisticaldata/annualdata/>>. Acesso em: 13 fev. 2026.

NAUGHTON, B. The Third Front: Defence Industrialization in the Chinese Interior. *The China Quarterly*, v. 115, p. 351-386, 1988.

NAUGHTON, B. *The Chinese Economy: Transitions and Growth*. Cambridge Mass: MIT Press, 2007.

NAVES, M. B. *Mao: o processo da revolução*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.

PEOPLE'S DAILY. On Khrushchov's Phoney Communism and Its Historical Lessons for the World. *Beijing Review*, v. 7, n. 29, p. 7-27, 1964.

Disponível em: <<https://www.massline.org/PekingReview/>>. Acesso em: 13 fev. 2026.

POMAR, W. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

PRESTES, A. L. Para o estudo da memória do PCB: a influência do pensamento antidialético de Mao Tse-Tung na estratégia política do PCB (“Declaração de marco” de 1958, resoluções do 5º e 6º congressos). *Revista de História Comparada*, v. 5, n. 2, p. 94-106, 2011.

RED FLAG. Greet the Upsurge in Forming People’s Communes. *Beijing Review*, v. 1, n. 27, 1958. Disponível em <<https://www.massline.org/PekingReview/>>. Acesso em: 13 fev. 2026.

REIS FILHO, D. A. *A Construção do Socialismo na China*. São Paulo: Brasiliense, 1981a.

REIS FILHO, D. A. *A revolução chinesa*. São Paulo: Brasiliense, 1981b.

SHENG, S. *A história da China Popular no século XX*. São Paulo: Editora FGV, 2021.

SPENCE, J. D. *The Search for Modern China*. New York; London: W. W. Norton & Company, 1990.

THE COMMON PROGRAM OF THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA 1949-1954. *Treaty of Friendship, Alliance, and Mutual Assistance between the Union of Soviet Socialist Republics and the People’s Republic of China*, [1950]. Disponível em: <<http://www.commonprogram.science/document.html#>>. Acesso em: 13 fev. 2026.

THORNTON, R. C. *China: A Political History, 1917-1980*. London: Routledge, 2018.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). *National data results*. 2011. Disponível em: <<http://www.ers.usda.gov/data-products/china-agricultural-and-economic-data.aspx>>.

USACK, A. H.; BATSAVAGE, R. E. China's The International Trade of the People's Republic of China. *People's Republic of China: An Economic Assessment. A Compendium of Papers Submitted to the Joint Economic Committee Congress of the United States*, p. 335-370, 1972.

VISENTINI, P. *Manual do candidato: história mundial contemporânea (1776-1991)*. Brasília: Funag, 2006.

VISENTINI, P. *Por que o socialismo ruiu?: de Berlim a Moscou 1989-1991*. São Paulo: Edições 70, 2021. *E-book*.

VOGEL, E. F. *Deng Xiaoping and the Transformation of China*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.

WEBER, I. *Como a China escapou da terapia de choque*. São Paulo: Boitempo, 2023.

WESTAD, O. A. Introduction. *Brothers in Arms: The Rise and Fall of the Sino-Soviet Alliance, 1945-1963*. Washington: The Woodrow Wilson Center Press, 1998a.

WESTAD, O. The Sino-Soviet Alliance and the United States. *Brothers in Arms: The Rise and Fall of the Sino-Soviet Alliance, 1945-1963*. Washington: The Woodrow Wilson Center Press, 1998b.

WISHNICK, E. *Mending Fences: The Evolution of Moscow's China Policy from Brezhnev to Yeltsin*. Seattle; London: University of Washington Press, 2001.

XIAOPING, D. *Selected Works*. V. I (1938-1965). Disponível em: <<https://oregondigital.org/concern/documents/df72k2379?locale=en>>. Acesso em: 13 fev. 2026.

ZEDONG, M. *Sobre a democracia nova*, [1940]. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1940/01/democracia.htm>. Acesso em 13 fev. 2026.

ZEDONG, M. *Sobre a ditadura da democracia popular*, [1949]. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/mao/1949/mes/ditadura.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2026.

ZEDONG, M. *The Party's General Line for the Transition Period*, [1953]. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-5/mswv5_31.htm>. Acesso em: 13 fev. 2026.

ZEDONG, M. *On The Ten Major Relationships*, [1956]. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-5/mswv5_51.htm>. Acesso em: 13 fev. 2026.

ZEDONG, M. *Excerpt from the Unedited Translation of Mao Zedong's Speech at the Moscow Conference of Communist and Workers' Parties*, [1957a]. Disponível em: <<https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/excerpt-unedited-translation-mao-zedongs-speech-moscow-conference-communist-and-workers>>. Acesso em: 13 fev. 2026.

ZEDONG, M. *Muster our forces to repulse the rightists' wild attacks*, [1957b]. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-5/mswv5_63.htm>. Acesso em: 13 fev. 2026.

ZEDONG, M. *Sobre o tratamento correto das contradições no seio do povo*, [1957c]. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/mao/1957/02/27.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2026.

ZEDONG, M. *Cinco teses filosóficas*. 2. ed. Edições Nova Cultura, 2018a.

ZEDONG, M. Sobre a contradição. *Cinco teses filosóficas*. 2. ed. Edições Nova Cultura, 2018b [1937].